



## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA Nº 21/2022 - PRES/SSI

#### 1. INTRODUÇÃO

Em atendimento ao disposto nos artigos 6º, IX e 7º, I, da Lei 8.666/93, no artigo 3º, Incisos I a III, da Lei n. 10.520/2002, ao art. 3º, XI, c/c o art. 8º, II **do Decreto Federal n. 10.024/2019**, na Instrução Normativa nº 04/2008 – TRE/RO e na Resolução TSE n. 23.234/2010, elaboramos o presente Termo de referência que objetiva a Contratação de empresa especializada para prestar serviços de fornecimento e instalação de sistema de circuito fechado de TV com transmissão baseada no protocolo IP (CFTV-IP).

Sua elaboração observa, ainda, as regras e diretrizes para contratação de bens e serviços no âmbito da Justiça Eleitoral estabelecidas pelo Tribunal Superior Eleitoral através da Resolução n. 23.702, de 9 de junho de 2022.

#### 2. DO OBJETO

Contratação de empresa para implantação de sistema de monitoramento por câmeras IP (CFTV-IP) nos locais designados pelo Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, incluindo o fornecimento de equipamentos, instalação, treinamento de usuários e garantia, conforme especificações constantes no Termo de Referência, Edital e seus anexos.

#### 3. JUSTIFICATIVA

##### 3.1 Da necessidade e da Solução

Justifica-se a necessidade pela fragilidade da segurança das instalações da Sede do Tribunal, anexo II, anexo III, e Fórum de Porto Velho/RO, visto que o perímetro de segurança encontra-se em nível muito crítico, dado a ineficiência das barreiras de contenção (grades muito baixas), bem como não há sistemas com sensores de presença combinados com alarmes e sistemas de monitoramento por imagem, o que facilita as investidas criminosas, colocando em risco a segurança de servidores, usuários e dos demais ativos do Poder Judiciário.

Ainda a Resolução CNJ nº 435/2021, que dispõe sobre a política e o sistema nacional de segurança do poder judiciário, estabelece medidas de segurança no âmbito dos tribunais, em destaque o disposto no inciso III, do art. 14, da referida Resolução, vide:

*Art. 14. Os tribunais superiores, conselhos, tribunais de justiça, regionais federais, do trabalho, eleitorais e militares, no âmbito de suas competências, adotarão as seguintes medidas de segurança:*

*III – instalação de sistema de monitoramento eletrônico das instalações e áreas adjacentes;(…).*

A solução ora em evidência será utilizada pela área de segurança com o propósito de inibir assaltos, furtos e registrar fatos ocorridos, proporcionando assim:

- a) Melhoria significativa na vigilância e consequente proteção das pessoas, áreas, e patrimônio nas dependências das unidades prediais do TRE/RO;
- b) Aumento da sensação de segurança entre servidores, magistrados e jurisdicionados;
- c) Possibilidade de visualização das imagens captadas pelas câmeras em tempo real;
- d) Garantia na geração e armazenamento de imagens;
- e) Robustez e agilidade na recuperação de imagens de eventos ocorridos.

Outra função, também de relevância, que não poderia ser deixada de ser mencionada, é a de facilitar a identificação e a triagem de pessoas, de forma a agilizar o acesso às instalações prediais, de magistrados, servidores, prestadores de serviços bem como o público em geral.

Dessa forma, visando à segurança do TRE-RO, se faz necessário monitorar suas dependências internas e perímetro por meio de um circuito fechado de TV, de modo a inibir eventuais tentativas de subtração de bens ou acesso indevido a informações, bem como identificar os praticantes de tais atos.

#### 4. Especificações Técnicas

##### 4.1. Serviços a serem prestados

Fazem parte do escopo dos serviços a serem prestados: a instalação e configuração das câmeras IP internas e externas e equipamentos de rede, a instalação de 03 (três) estações de monitoramento, 01 (uma) Central de Monitoramento no TRE-RO para atuarem como clientes do sistema e permitirem a visualização das imagens e monitoramento do ambiente. No Fórum, edifício Sede e Anexos do TRE-RO serão instaladas câmeras IP fixas internas, de acordo com as posições indicadas nas plantas dos andares **a serem fornecidas por solicitação do licitante**. Na área externa, visando à segurança dos estacionamentos em frente às portarias de entrada e perímetros, serão instaladas câmeras de maior resolução e alcance, de modo a possibilitar a cobertura de toda a área monitorada. Os pontos de rede a serem utilizados serão conectados a switches PoE. Na sala de operação da rede local (datacenter) do Tribunal será instalado os Gravadores de Rede do Sistema (NVR) conforme as configurações mínimas estabelecidas neste termo de referência. No Núcleo de Monitoramento - localizado na Seção de Segurança Institucional, responsável por centralizar a visualização das imagens e monitoramento de todos os Postos de monitoramento local - será instalado um Central de Monitoramento com 02 (dois) monitores de 46" fornecidos pelo Tribunal; e nos postos locais de monitoramento serão utilizados 03 (três) computadores com monitores de 19" fornecidos pelo Tribunal, um em cada guarita, para monitoramento do perímetro local atribuído ao posto, se limitando a penas a visualização das imagens; e apresentação/elaboração de projeto ASBILT com ART.

##### 4.2. Quantidades de equipamentos

ITEM	EQUIPAMENTO	QTD
1	Câmera IP – Tipo 1 - DOME - Item 4.4.1	16
2	Câmera IP – Tipo 2 - BULLET - Item 4.4.2	13
3	Câmera IP – Tipo 3 - BULLET - Item 4.4.3	06
4	NVR - Network Vídeo Recorder 16 Portas IP – com Disco Rígido – HD 6 TB - Item 4.4.4	03
5	Estação de Monitoramento – <b>Central de Monitoramento</b> - Item 4.4.5	01
6	Switch POE – 16 portas - Item 4.4.6	04
7	<b>Serviço de instalação de equipamentos, mão de obra, infraestrutura, treinamento, com apresentação/elaboração de projeto ASBILT com ART - Item 4.4.7 e 4.4.8:</b>  - Instalação 35 (trinta e cinco) Pontos de Rede para câmeras; - Instalação 3 (três) NVR's; - Instalação de 2 (dois) Monitores de 46" fornecidos pelo Tribunal; - Instalação 1 (uma) Central de Monitoramento; - Instalação de 3 (três) Estações de Monitoramento com Monitor de 19" - fornecidas pelo Tribunal; - Instalação de 4 (quatro) Switch PoE – 16 portas; - apresentação/elaboração de projeto ASBILT com ART.	01

### 4.3. Locais de instalação

EDIFÍCIO SEDE		
Local	Equipamento	Quantidade
Térreo - Recepção	Câmera IP interna fixa tipo 1 - dome	02
Estacionamento lado norte	Câmera IP interna fixa tipo 1 - dome	01
Estacionamento lado Sul	Câmera IP interna fixa tipo 1 - dome	01
1º Pavimento	Câmera IP interna fixa tipo 1 - dome	03
2º Pavimento	Câmera IP interna fixa tipo 1 - dome	03
Área externa	Câmera IP externa fixa tipo 2 - bullet	01
	Câmera IP externa fixa tipo 3 - bullet	01
Térreo - SSI	Monitores 46"	02
Térreo - SSI	Central de monitoramento	01
1º Pavimento	Switch POE /16 portas	01

ANEXO II		
Local	Equipamento	Quantidade
Térreo	Câmera IP interna fixa tipo 1 - dome	01
1º Pavimento	Câmera IP interna fixa tipo 1 - dome	01
Área externa	Câmera IP externa fixa tipo 2 - bullet	07
	Câmera IP externa fixa tipo 3 - bullet	01

Sala Data Center	Switch POE /16 portas	01
Sala Data Center	NVR - Network Vídeo Recorder	03
Guarita anexo II	Estação de Monitoramento fornecida pelo Tribunal	01

ANEXO III		
Local	Equipamento	Quantidade
Área externa	Câmera IP externa fixa tipo 2 - bullet	01
	Câmera IP externa fixa tipo 3 - bullet	02
SET	Switch POE /16 portas	01
Guarita anexo III	Estação de Monitoramento fornecida pelo Tribunal	01

FÓRUM		
Local	Equipamento	Quantidade
Térreo - Atendimento	Câmera IP interna fixa tipo 1 - dome	02
1º Pavimento	Câmera IP interna fixa tipo 1 - dome	01
2º Pavimento	Câmera IP interna fixa tipo 1 - dome	01
Área externa	Câmera IP externa fixa tipo 2 - bullet	04
	Câmera IP externa fixa tipo 3 - bullet	02
Térreo	Switch POE /16 portas	01
Guarita anexo Fórum	Estação de Monitoramento fornecida pelo Tribunal	01

**4.3.1. As empresas, no interesse do processo licitatório, poderão, *in loco*, tomar conhecimento da estrutura física e lógica do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, limitando-se a levantamento de pontos de rede, posicionamento de equipamentos e dimensionamento de cabeamento, mediante agendamento de visita junto a Seção de Segurança Institucional – SSI, fone: (69) 3211-2247.**

#### 4.4 Especificações técnicas dos equipamentos

##### 4.4.1 Câmera tipo 1 - Câmeras fixas com aplicação interna - dome

- Deve possuir dispositivo de captura de 1/2.8, resolução de 2.0Mp e sistema de varredura progressiva;
- Possuir formato DOME;
- Câmera IP;
- Possuir resolução Full HD (1080p);
- Iluminação mínima de 0.01 Lux em modo colorido e 0 Lux em modo Preto & Branco;
- Possuir iluminação IR para 30 metros;
- Possuir velocidade de obturador de 1/3 1/100,000s;
- Possuir no mínimo 3 Stream para compressão de vídeo
- Possuir os protocolos de compressão de vídeo: MJPEG, H.264 e H.265;
- Deve ser compatível com os métodos de transmissão MULTICAST;

- A câmera deve estar em conformidade com o padrão ONVIF;
- A câmera deve estar em conformidade com o padrão ONVIF PROFILE: S,G e T
- Função Day/Night com remoção de filtro infravermelho, com opções para modo automático, colorido, preto & branco, acionamento externo e por agendamento;
- Possuir alcance dinâmico estendido WDR de 120dB;
- Possuir compensação de luz de fundo BLC;
- Possuir função de espelhamento de imagem (Mirror);
- Possuir interface de rede, conexão através de RJ45;
- Deve possuir 01 (uma) entrada de alarme para conexão de sensor externo.
- Deve possuir 01 (uma) saída de controle para acionamento de dispositivos externos.
- Deve suportar os seguintes protocolos de rede: DNS, DDNS, RTP, RTSP, RTCP, TCP/IP, ICMP, HTTP, HTTPS, FTP, DHCP, PPPoE, NTP, UPnP, SMTP, SNMP, IGMP, 802.1X, QoS, Bonjour, UDP, SSL/TLS;
- Permitir a implementação de segurança em HTTPS, autenticação de login, filtro de endereços IP, autenticação 802.1x;
- Alimentação 12VDC e PoE ( 802.3af);
- Deve possuir grau de proteção IP67 e IK10;
- Deve possuir eventos como: intrusão, cruzamento de linha e detecção de face.
- Garantia mínima de 01 ano;
- Fabricante deve possuir empresa de assistência técnica autorizada no Brasil.

#### **4.4.2 Câmera tipo 2 - Câmeras fixas com aplicação externa - Bullet**

- Deve possuir dispositivo de captura de 1/2.8, resolução de 2.0Mp e sistema de varredura progressiva;
- Deve ser do formato Bullet;
- Câmera IP;
- Deve possuir resolução Full HD (1080p);
- Iluminação mínima de 0.01 Lux em modo colorido e 0 Lux em modo Preto & Branco;
- Deverá possuir iluminação IR para 30 metros;
- Possuir velocidade de obturador de 1/3 1/100,000s;
- Deve possuir as compressões MJPEG, H.264 e H.265;
- Deve ser compatível com os métodos de transmissão MULTICAST;
- A câmera deve estar em conformidade com o padrão ONVIF PROFILE: S,G e T

- Função Day/Night com remoção de filtro infravermelho, com opções para modo automático, colorido, preto & branco, acionamento externo e por agendamento;
- A câmera deve possuir alcance dinâmico estendido WDR de 120dB;
- Deve possuir compensação de luz de fundo BLC;
- Deve possuir função de espelhamento de imagem (Mirror);
- Deve possuir interface de rede, conexão através de RJ45;
- Deve suportar os seguintes protocolos de rede: DNS, DDNS, RTP, RTSP, RTCP, TCP/IP, ICMP, HTTP, HTTPS, FTP, DHCP, PPPoE, NTP, UPnP, SMTP, SNMP, IGMP, 802.1X, QoS, Bonjour, UDP, SSL/TLS, IPv6;
- Permitir a implementação de segurança em HTTPS, autenticação de login, filtro de endereços IP, autenticação 802.1x;
- Alimentação 12VDC e PoE ( 802.3af);
- Deve possuir grau de proteção IP67;
- Deve possuir eventos como intrusão, cruzamento de linha e detecção de face.
- Garantia mínima de 01 ano;
- Fabricante deve possuir empresa de assistência técnica autorizada no Brasil.

#### **4.4.3 Câmera tipo 3 - Câmeras fixas com aplicação externa – Bullet**

- Deve possuir dispositivo de captura de 1/3, resolução de 4.0Mp e sistema de varredura progressiva;
- Deve ser do formato Bullet;
- Câmera IP;
- Deve possuir resolução Full HD (1080p);
- Iluminação mínima de 0.01 Lux em modo colorido e 0 Lux em modo Preto & Branco;
- Deverá possuir iluminação IR para 40 metros;
- Possuir velocidade de obturador de 1/3 1/100,000s;
- Deve possuir as compressões MJPEG, H.264 e H.265;
- Deve ser compatível com os métodos de transmissão MULTICAST;
- A câmera deve estar em conformidade com o padrão ONVIF PROFILE: S,G e T
- Função Day/Night com remoção de filtro infravermelho, com opções para modo automático, colorido, preto & branco, acionamento externo e por agendamento;
- A câmera deve possuir alcance dinâmico estendido WDR de 120dB;
- Deve possuir compensação de luz de fundo BLC;

- Deve possuir função de espelhamento de imagem (Mirror);
- Deve possuir interface de rede, conexão através de RJ45;
- Deve suportar os seguintes protocolos de rede: DNS, DDNS, RTP, RTSP, RTCP, TCP/IP, ICMP, HTTP, HTTPS, FTP, DHCP, PPPoE, NTP, UPnP, SMTP, SNMP, IGMP, 802.1X, QoS, Bonjour, UDP, SSL/TLS, IPv6;
- Permitir a implementação de segurança em HTTPS, autenticação de login, filtro de endereços IP, autenticação 802.1x;
- Alimentação 12VDC e PoE ( 802.3af);
- Deve possuir grau de proteção IP67;
- Deve possuir eventos como intrusão, cruzamento de linha e detecção de face.
- Garantia mínima de 01 ano;
- Fabricante deve possuir empresa de assistência técnica autorizada no Brasil.

#### **4.4.4. GRAVADOR NVR - Network Vídeo Recorder 16 Portas IP**

- Para câmera IP com sistema de video segurança suportando monitoramento de todas as câmeras com detecção de movimento, reprodução com funções parar, retroceder, reprodução rápida, reprodução lenta, compatível com sistema de compressão H.265, capacidade de no mínimo 2 HD's, saída de video HDMI, no mínimo duas saídas USB, duas portas de rede compatível com RJ-45 100/1000mbps, com possibilidade de expansão;
- Deve ser fornecido com 01 HD DE 6 TB, para sistema de vigilância comprovado;
- Deve suportar a conexão e a gravação de 16 canais com tecnologia IP;
- Deve possuir eventos de intrusão e cruzamento de linhas;
- Deve possuir detecção de face para 08 canais;
- Deve possuir funcionalidade de reconhecimento para Humanos e Veículos;
- Deve permitir gravação na resolução de 1080P;
- Deve permitir conexões remotas de até 128 canais;
- Deve permitir sistema de gravação em disco rígido com no mínimo 02 (duas) interfaces de conexão padrão SATA, suportando pelo menos 10TB de gravação;
- Deve possuir saídas de vídeo HDMI e VGA;
- Suportar os métodos de endereçamento IPv4 e IPv6;
- Suportar os protocolos de rede: NFS, iSCSI, ISUP, UPnP, HTTP, HTTPS, TCP/IP, DHCP, DNS, DDNS, NTP, RTSP, SMTP, SNMP.
- Alimentação 12VDC;
- Deve possuir pelo menos 4 entradas e 01 saída de alarme;

- Interface de rede RJ45 10/100/1000;
- Interface USB 3.0
- Consumo maior ou igual a 30W com HD;
- Permitir trabalhar entre temperaturas na faixa de -10°C a +55°C e umidade na faixa de 10% a 90%.

#### **Disco Rígido (HD)**

- Capacidade mínima de armazenamento de 6TB
- Interface SATA;
- Velocidades de rotação de 5400 RPM ou mais;
- Largura de 3,5" (três polegadas e meia);
- Velocidade de 6 GB/s);
- 64MB de Cache;

#### **Software Gerenciamento de Vídeo**

- Interface de gerenciamento e visualização para câmeras IP, domes IP, codificadores, DVRs, NVRs, etc
- Aplicação em redes de área local e redes de área ampla
- Função E-map
- Gerenciamento de permissões para usuários
- Servidor de Internet instalado para suporte da função de navegação na Internet
- Interface de fácil uso pelo usuário fornecendo operações fáceis
- Protocolo NTP suportado.
- HiDDNS, Servidor IP, PeanutHull e DynDNS para conexão com endereço IP dinâmico.
- Função de broadcast (transmissão) e áudio bidirecional
- Busca automática de dispositivos online (SADP).
- Diferentes modos de visualização disponíveis na visualização ao vivo e reprodução.
- Layout da tela padrão: 1, 4 6, 8, 9, 13, 16, 25, 32, 36, 64;
- Layout de tela ampla: 4, 6, 7, 9, 12, 16, 24, 36, 48
- Visualização de imagens ao vivo na tela principal/auxiliar.
- Gravação manual e captura de imagem suportadas.
- Controle de PTZ local e remoto suportado.
- Teclado de controle e joystick USB suportados.



- Função de foco auxiliar.
- Função de posicionamento 3D.
- Gravação manual remota suportada.
- Gravação programada, gravação de evento suportadas.
- Reprodução local e remota suportadas.
- Reprodução sincronizada de até 16 canais suportadas.
- Reprodução instantânea suportada.
- Reprodução de eventos suportada.
- Ligação da câmera para alarme de violação/alarme de perda de vídeo.
- Saída de alarme de ativação/desativação manual.

#### **4.4.5. Estação de Monitoramento – Central de Monitoramento**

- Processador Intel® i7 de 12ª geração ou superior, 4.5GHz, 20Mb Cache ou similar.
- Windows 10 ou superior PRO, 64-bit, em português do Brasil. (justifica-se a indicação da marca do sistema operacional por ser compatível com o software de monitoramento).
- Deve possuir no mínimo 16GB (2x8GB) 4400MHz.
- Disco SSD de 512 GB para o sistema operacional.
- Placa de video de 6 GB, compatíveis com os monitores de 23" e monitor 46".
- Cabo de alimentação Padrão Brasil;
- Deve acompanhar teclado e mouse padrão Português ABNT2.

#### **4.4.6. Switch PoE**

- Switch gerenciável;
- Deve possuir 16 portas RJ-45 autosensing 10/100/1000 PoE;
- Deve suportar funcionalidade Layer 2;
- Deve possuir no mínimo 2 portas SFP;
- Deve possuir taxa de transferência de no mínimo 18Gbps
- Deve possuir capacidade de comutação de no mínimo 36Gbps
- Deve possuir taxa de encaminhamento de no mínimo 26Mpps
- Deve possuir potência máxima de 30W por porta.
- Deve possuir tabela de endereços MAC de no mínimo 16.000(Dezesseis mil) entradas.

- Deve suportar protocolos VLAN, STP, RSTP, 802.1Q, IGMP, SNMP, TACACS+, RADIUS, SNMP, QoS, ESPELHAMENTO DE PORTA, AUTENTICAÇÃO/TRANSPORTE/PROTOCOLO DE CONEXÃO SSH;

Fornecido com documentação técnica e manuais que contenham informações em português suficientes para possibilitar a instalação, configuração e operacionalização do equipamento.

#### 4.4.7 Especificações de materiais para infraestrutura

- A contratada deverá apresentar/elaborar projeto ASBILT com ART;
- A fim de se evitar interferências eletromagnéticas deverá haver separação física entre os encaminhamentos da rede elétrica e do cabeamento de CFTV;
- O sistema de cabeamento para as câmeras, deverá ser todo em CAT6;
- A rede de eletrodutos de CFTV deverão ser confeccionados em eletrodutos de PVC rígido ou aço galvanizado ou eletrocalhas/perfilados, fixados por abraçadeiras na laje e abrigado sobre o forro ou na parede. Exceto quando aparentes, situação em que os encaminhamentos de eletrodutos verticais serão de aço galvanizado. Em caso de haver a necessidade de passagem de algum conduto pelo piso, o contratante deverá ser avisado, para avaliar/aprovar a solução;
- As curvas deverão ser feitas por meio de condutes, e assim como as luvas, serão em PVC rígido ou em aço galvanizado, quando aparentes, com dimensões compatíveis com a rede de eletrodutos, devendo ser fixados na parede ou teto da edificação;
- Deverão ser utilizadas buchas e arruelas em liga metálica ou alumínio, quando da conexão de eletrodutos às terminações em caixas e suportes diversos, na dimensão de acordo com a rede de eletrodutos;
- **Toda infraestrutura necessária para viabilizar o funcionamento da solução será disponibilizada pela eventual contratada;**
- Para a instalação da infraestrutura será necessário a realização de diversos serviços, dentre os quais, de maneira exemplificativa, cita-se os seguintes: Fixação dos equipamentos e instalações/lógicas nas paredes e forros;
- A instalação de eletrodutos, cabos de rede, postes, tomadas, quadros, caixas de passagem, tomadas, disjuntores, conectores, suportes;
- Todo o cabeamento necessário para as instalações elétricas e lógicas da solução deverá ser acondicionado em eletrodutos embutidos nas paredes ou pelo chão;
- Nas dependências prediais, excepcionalmente, quando não for impossível instalar os cabos nas paredes, estes poderão ser acondicionados em eletrodutos aparentes;
- O sistema de cabeamento deverá obedecer ao seguinte padrão: Sempre que possível, serão embutidos nos forros removíveis, seguindo para as paredes;
- Em qualquer circunstância deste Termo de Referência, todos os serviços a serem realizados e os materiais e equipamentos a serem fornecidos deverão obedecer às normas e legislações vigentes, em suas últimas revisões, tais como: Normas de segurança em Edificações, do CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia; Normas e Regulamentações de Saúde e Meio Ambiente; Normas Regulamentadoras do Ministério do

Trabalho e Emprego – MTE; Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT; Normas internacionais aplicáveis, em sua última edição, para os casos em que a ABNT for omissa; Normas e Instruções das concessionárias de serviços públicos; Portarias, Recomendações e Resoluções do Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial – INMETRO; Exigências do CONTRU e demais órgãos competentes; Especificações dos fabricantes, posturas técnicas, certificações e recomendações quanto à utilização dos materiais empregados, instalações e dos equipamentos e sistemas prediais; Leis, Decretos, Regulamentos e Dispositivos legais emitidos pelas autoridades governamentais, em âmbito Municipal, Estadual e Federal, pertinentes aos serviços derivados da locação a ser contratada.

#### **4.4.8 –TREINAMENTO E REPASSE DE CONHECIMENTO**

- Deverá ser ministrado um treinamento acerca dos produtos especificados nos ITENS 1, 2, 3, 4, 5, 6.
- O treinamento deverá capacitar à equipe do TRE-RO a operar, configurar, administrar e resolver problemas usuais na solução ofertada, englobando todos os componentes da solução composta nos ITENS 1, 2, 3, 4, 5, 6 deste TR.
- O treinamento deverá ser homologado pelo fabricante da solução e ofertado antes do início dos trabalhos de instalação, configuração e migração da solução ofertada, de forma que os analistas e técnicos do TRE-RO possam acompanhar todo o trabalho de implantação da solução com o embasamento técnico necessário para entender as atividades a serem executadas pela CONTRATADA.
- O treinamento poderá ser realizado em Porto Velho nas dependências da CONTRATANTE ou via *on-line* em data a ser definida. Sendo presencial, a preparação do ambiente de treinamento deverá ser realizada em conjunto pelas equipes do contratante e da contratada de forma a garantir a correta configuração e disponibilidade do ambiente de treinamento.
- O treinamento deverá abranger tanto a parte teórica dos sistemas que englobam a solução completa de proteção de dados, como também atividades práticas, incluindo laboratórios e simulações em ambiente propício ao treinamento.
- O profissional que ministrará o treinamento deverá ser certificado pelo fabricante e possuir pleno conhecimento da arquitetura, configuração, instalação e operação dos componentes da solução implantada. A comprovação da capacitação do instrutor se dará com base na apresentação de certificados dos treinamentos, que deverá ocorrer antes da realização do treinamento.
- O treinamento será ministrado a uma turma de até 4 (quatro) participantes. A composição da turma será de responsabilidade da equipe técnica do TRE-RO.
- Os dias e horários de execução dos treinamentos serão acordados com a equipe técnica responsável do TRE-RO.
- O treinamento terá carga horária mínima de 12 (doze) horas, com data e horários a serem marcados em acordo com a equipe técnica do TRE-RO.
- A contratada deverá emitir certificado de treinamento, especificando conteúdo abrangido e carga horária correspondente, para todos os participantes da contratante que tenham alcançado no mínimo 75% (setenta e cinco) de presença.
- O pagamento dos serviços será realizado após o final do treinamento, recebimento definitivo dos serviços pelo fiscal e gestor do contrato e apresentação da respectiva fatura/nota fiscal.

- O treinamento será dado como concluído após avaliação dos participantes, com preenchimento do documento de avaliação elaborado pela Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento – COEDE do TRE-RO devendo ser obtida média superior a 70%, do contrário a contratante poderá solicitar a realização de novo treinamento, com a reformulação que achar necessária.
- Caso a qualidade do treinamento seja considerada insatisfatória pela maioria simples dos alunos, o contratante poderá exigir que o evento seja refeito, sem quaisquer ônus adicionais.

## **5. LOCAL, PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO**

5.1. Os serviços serão prestados nos seguintes locais:

<b>UNIDADE</b>	<b>ENDEREÇO</b>
Sede do TRE-RO	Av. Pres. Dutra, 1889 - Olaria, Porto Velho - RO, 76801-296.
Anexo II da Sede do TRE-RO	Av. Pres. Dutra, 1889 - Olaria, Porto Velho - RO, 76801-296.
Anexo III da Sede do TRE-RO	Av. Rogerio Weber, s/n, Baixa do União, Porto Velho – RO, 76805-859.
Fórum Eleitoral Lourival Mendes de Souza	Rua Jaci Paraná com Av. Pres. Dutra, s/n, Baixa da União, Porto Velho-RO.

5.2. O prazo para entrega dos equipamentos é de 30 dias, contados do recebimento da nota de empenho. No caso da Licitante prever, em sua proposta, prazo de entrega inferior a 30 dias, será considerado como prazo máximo o que nela foi estabelecido;

5.3. Os equipamentos fornecidos, que deverão ser novos e estar em perfeito estado de conservação, serão recebidos provisoriamente para que seja verificado se suas características atendem ao especificado neste edital e na proposta da Licitante;

5.4. Após fornecer os equipamentos, a Contratada deverá executar as seguintes atividades profissionais:

5.4.1. Instalar as câmeras, Switch, NVR - Network Vídeo Recorder e demais componentes do CFTV nos locais indicados pelo TRE-RO, incluindo o material, a realização de obras civis eventualmente necessárias, mão-de-obra, ferramental, sem ônus adicional para a Contratante ou prejuízo para seus serviços;

5.4.2. Configurar as câmeras, switchs, NVR's, e as estações de monitoramento de acordo com as diretivas de segurança do TRE-RO. A Contratada deve garantir a plena operação do CFTV instalado em harmonia com o Software de gerenciamento dos equipamentos;

5.4.3. Instalar 03 (três) postos locais de monitoramento (estação de monitoramento e monitor de 19", fornecida pelo Tribunal), dos quais as equipes locais de segurança poderão visualizar as imagens das câmeras, se limitando a isso. Essas imagens são provenientes das câmeras dos respectivos locais. Os Postos Locais de Monitoramento serão equipados com computadores fornecidos pelo Tribunal para gerarem as imagens nos monitores.

5.4.4. Instalar a Central de Monitoramento – responsável por centralizar a visualização das imagens e monitoramento de todos os Postos de monitoramento local;

5.4.4.1 O setor de engenharia do TRE-RO será responsável pela preparação do ambiente para a instalação da Seção de Segurança Institucional (local de instalação da Central de monitoramento), conforme projeto constante no evento 0902994 do PSEI 0002810-17.2022.6.22.8000.

5.4.5. Instalar 02 (dois) monitores de 46 polegadas fornecidos pelo Tribunal na Central de Monitoramento;

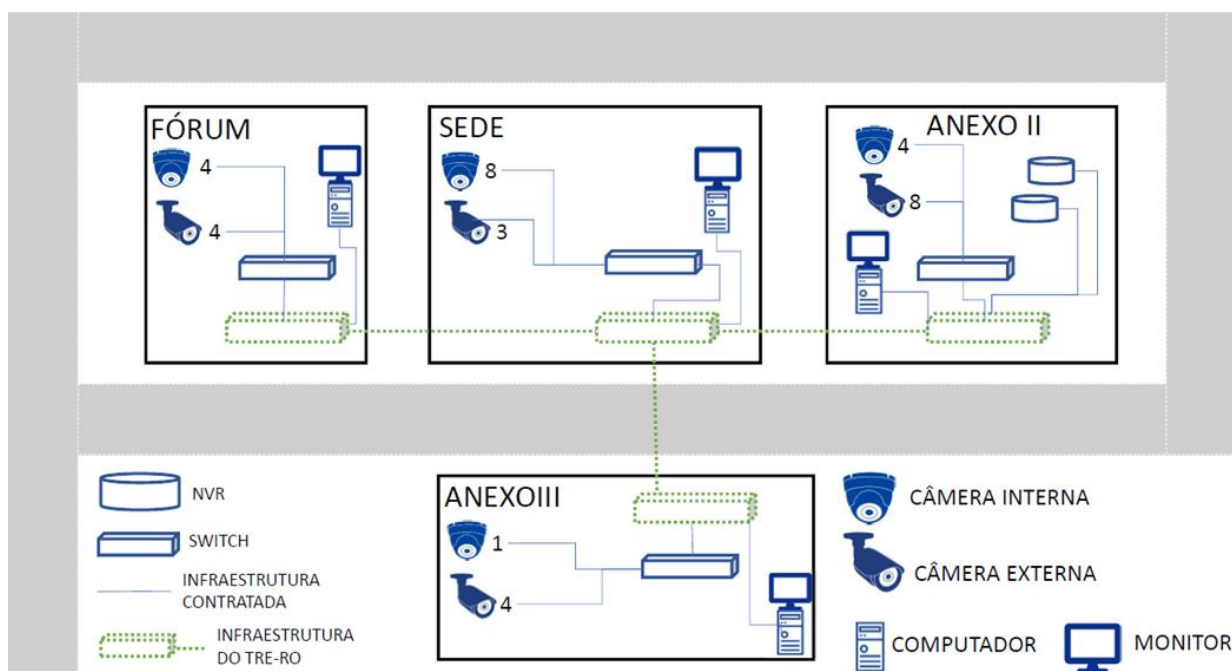
5.4.6. Providenciar, logo após o término da instalação do sistema, o treinamento de 4 servidores do TRE-RO, que deverá ser ministrado em horário a combinar, sobre a utilização do CFTV, operação e configuração do software de gerenciamento e funcionamento e configuração das câmeras IP.

5.4.7. A contratada deverá, ao final da execução do serviço, e antes do recebimento provisório, apresentar projeto ASBUILT com ART, constando no mínimo desenhos e especificações que demonstre o posicionamento de todos os elementos instalados.

5.4.8. O prazo para instalação e configuração dos equipamentos e software é de até 30 dias úteis, contados a partir do término do prazo de entrega dos equipamentos;

**5.4.9. Os equipamentos e serviços que serão adquiridos deverão ser licitados em 01 (um) lote por valor global, cabendo a um único fornecedor que será a mesma contratada para execução da instalação, haja vista que todos os equipamentos deverão ter compatibilidade técnica e específica de hardware e software para uma melhor qualidade do serviço e garantia do produto.**

5.4.10. A figura a seguir apresenta o exposto, indicando quais as áreas de conhecimento e soluções que devem ser atendidas durante esta implantação.



5.5. Todos os requisitos constantes desta Especificação Técnica deverão estar obrigatoriamente comprovados na proposta da proponente, por meio de folhetos, catálogos, etc.

## 6. RECEBIMENTO DOS EQUIPAMENTOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. Todos os materiais deverão ser entregues em dias úteis, no horário de 8h às 12h e das 14h às 18h, na Seção de Segurança Institucional no Edifício Sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia localizado na Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa da União, CEP 76805-859. Telefone para agendamento: (069) 3211-2247.

6.2. Os produtos serão recebidos, mediante recibo, pela fiscalização designada pela Administração, da seguinte forma:

I – Provisoriamente: imediatamente, por meio de Termo de Recebimento Provisório, depois de efetuada a instalação e entrega, para efeito de posterior verificação das especificações;

II – Definitivamente: após a emissão do Termo de Recebimento Provisório, o gestor do contrato terá um prazo de 10 (dez) dias consecutivos, para verificar o perfeito funcionamento e conformidade das especificações, findos os quais e verificado o pleno funcionamento do equipamento, emitirá o Termo de Recebimento Definitivo e iniciado o período de garantia;

6.3. Em caso de conformidade, será liberado o pagamento e emitido o aceite definitivo dos equipamentos em Termo de Recebimento Definitivo, também assinado por representante da Contratada, que receberá uma via do referido termo;

6.4. Qualquer falha no procedimento de instalação, configuração ou na operação acarretará o não recebimento dos equipamentos. O executor do contrato emitirá um Termo de Avaliação que discorrerá de forma detalhada as inconsistências e prejuízos causados;

6.5. À contratada caberá sanar as irregularidades apontadas no recebimento, submetendo à nova verificação o equipamento impugnado, ficando suspenso o pagamento até a execução das correções necessárias, sem prejuízo de aplicação das penalidades cabíveis;

6.6. O recebimento dos equipamentos pelo TRE-RO não exclui a responsabilidade da Contratada pelo perfeito e correto desempenho dos equipamentos fornecidos, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da sua utilização;

6.7. O pagamento se dará a após a entrega, instalação e configuração dos equipamentos, e treinamento dos servidores, e mediante apresentação de Nota Fiscal e demais documentos necessários;

6.8. Somente será aceita a Nota Fiscal e respectiva cobrança após emissão do termo de recebimento provisório pelo TRE-RO, que vai homologar o equipamento e serviços fornecidos, os quais devem estar em acordo com esta especificação e com a proposta da Contratada.

## **7. PRAZO E CONDIÇÕES DE GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA E SERVIÇO DE INSTALAÇÃO**

7.1. O prazo de garantia e prestação de assistência técnica será de, no mínimo, 12 meses, contado da data do recebimento definitivo dos equipamentos mediante emissão de Termo de Recebimento Definitivo emitido pela Seção de Segurança Institucional -SSI. Caso tenha sido ofertado prazo maior que o indicado anteriormente, então será considerado o prazo constante da proposta técnica;

7.2. O prazo de garantia da prestação de serviço de instalação e configuração das câmeras IP internas e externas e equipamentos de rede, a instalação de 03 (três) estações de monitoramento, 01 (uma) Central de Monitoramento no TRE-RO para atuarem como clientes do sistema e permitirem a visualização das imagens e monitoramento do ambiente, e a instalação e configuração do software de gerenciamento das câmeras, será de, no mínimo, 12 meses, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo. Caso tenha sido ofertado prazo maior que o indicado anteriormente, então será considerado o prazo constante da proposta técnica;



7.3. A Contratada deverá fornecer garantia contra falhas no serviço de transporte, garantia contra defeitos de fabricação e assistência técnica (instalação, configuração e manutenção corretiva), sem custos além daqueles constantes da proposta de preço e pelo prazo de garantia ofertado;

7.4. A garantia cobrirá igualmente todos os componentes dos equipamentos;

7.5. A garantia só poderá ser revogada em caso de acidente, mau uso, ou transporte inadequado causado pelo TRE-RO e apenas para o componente afetado;

## **8.0 – DO VALOR ESTIMADO**

**Nos termos do art. 15, §2º, do Decreto 10.024/19, o valor estimado do certame será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances.**

## **9.0 – DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO**

9.1. Com relação ao planejamento e a objetividade, de observação obrigatória, nos termos do art. 2º da Instrução Normativa 04/2008 deste Tribunal, este Termo de Referência detalha a aquisição de forma objetiva e leva em consideração as necessidades reais, históricas e futuras relacionadas, além de fornecer à Administração os elementos necessários ao adequado planejamento administrativo, financeiro e orçamentário, obtidos após a fase de Estudo técnico preliminar (ETP).

Além disso, o objeto deste Termo de Referência vem ao encontro das premissas do PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2021-2026 - MACRODESAFIOS - SOCIEDADE, tanto pela garantia dos direitos fundamentais, quanto pelo fortalecimento da relação institucional do Judiciário com a sociedade. Já em relação aos PROCESSOS INTERNOS concretiza a promoção da sustentabilidade.

Missão: Garantir contratações planejadas, ágeis, sustentáveis, transparentes e com qualidade excelente

Cientes: Garantir a qualidade dos produtos e serviços contratados

Processos internos: Adotar critérios de sustentabilidade nas contratações

### **APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA**

Refere-se ao aperfeiçoamento dos mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias e ao aprimoramento do processo eleitoral e da prestação jurisdicional. Envolve estabelecer uma cultura de redução do desperdício de recursos públicos, de forma a assegurar o direcionamento dos gastos para atendimento das necessidades prioritárias e essenciais da Justiça Eleitoral.

### **FORTALECIMENTO DA SEGURANÇA E DA TRANSPARÊNCIA NO PROCESSO ELEITORAL**

Está relacionado a objetivos e iniciativas que visem garantir à sociedade o aprimoramento contínuo da segurança e da transparência dos pleitos eleitorais, com a utilização de tecnologias e com a melhoria de processos de trabalho.

### **CELERIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL.**

Têm por finalidade materializar, na prática judiciária, o comando constitucional da razoável duração do processo. Trata-se de garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica na tramitação dos processos judiciais, bem como elevar a produtividade dos magistrados e servidores.

## 10. DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

**10.1** A contratação especificada neste Termo de referência será custeada pelo Orçamento Ordinário dos exercícios de 2022, conforme demonstrativo abaixo: execução orçamentária ocorrerá da seguinte forma:

FONTE ORÇAMENTÁRIA			
Tipo de Orçamento	Item de despesa do planejamento orçamentário	Plano Interno	Previsão de execução orçamentária por ano
			2022 (R\$)
Ordinário	Serviço de Vigilância Eletrônica	IEF. VIGELE	
Total por exercício financeiro			

## 10.2 APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

Refere-se ao aperfeiçoamento dos mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias e ao aprimoramento do processo eleitoral e da prestação jurisdicional. Envolve estabelecer uma cultura de redução do desperdício de recursos públicos, de forma a assegurar o direcionamento dos gastos para atendimento das necessidades prioritárias e essenciais da Justiça Eleitoral.

## 11. DO CERTAME

**11.1** Os equipamentos e serviços que serão adquiridos deverão ser licitados em 01 (um) lote por valor global, cabendo a um único fornecedor que será a mesma contratada para execução da instalação, haja vista que todos os equipamentos deverão ter compatibilidade técnica e específica de hardware e software para uma melhor qualidade do serviço e garantia do produto.

**11.2** Considerando que o certame será do tipo menor preço global, a soma do valor dos itens estimados para a contratação pretendida excede R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), portanto não será aplicada a exclusividade de participação de microempresas e empresas de pequeno porte, na forma estabelecida pelo art. 48, I, da LC 123/2006 e pelo art. 9º, I, do Decreto Federal nº 8.538/2015.

**11.2.1** As ME/EPP's poderão participar do certame com as demais regras de preferências previstas na legislação (empate ficto).

## 11.3 DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

**11.3.1** Os preços apresentados pelos fornecedores deverão cobrir todos os custos, abrangendo, se for o caso, a mão de obra, leis e encargos sociais decorrentes, ferramentas e equipamentos, transportes e frete, tudo quanto for preciso para garantir a entrega, a qualidade funcionalidade dos materiais solicitados.

O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação, a adjudicatária se comprometerá a entregar o objeto no local e datas informadas no cronograma de previsão de contratação.

A aceitação das propostas e o recebimento do objeto deverão obedecer aos seguintes parâmetros, **no que couber**:



I - O valor estimado do item é o parâmetro de preço a ser utilizado pelo operador do certame para julgamento da proposta, cabendo-lhe julgar eventual variação na análise do caso concreto.

II - As propostas inseridas no sistema eletrônico de compras deverão informar, necessariamente, as respectivas **MARCA** e **MODELO** dos objetos ofertados.

III - O Pregoeiro poderá solicitar do licitante informações mais detalhadas acerca do objeto ofertado, podendo, inclusive, solicitar prospecto do item, assinalando prazo de até 2 (duas) hora para o envio, sob pena de recusa da proposta.

IV - Para a seleção da proposta mais vantajosa da aquisição pretendida, sugere-se que seja adotado o **modo de disputa por LANCES ABERTOS, com intervalo mínimo de 0,5 (meio ponto percentual) entre os lances, na forma do Parágrafo único do Art. 31 c/c o Art. 32 do Decreto Federal n. 10.024/2019.**

V - Os equipamentos deverão estar estritamente de acordo com as especificações exigidas, inclusive no que diz respeito às especificações de embalagens, validades e garantias se for o caso.

VI - Salvo se expressamente constar na especificação do objeto, não serão aceitos equipamentos que tenham sido objeto de quaisquer processos de recondicionamento e ainda os que se apresentarem fora das embalagens originais de seus fabricantes.

VII - As embalagens dos equipamentos deverão conter as respectivas especificações técnicas dos mesmos e as informações concernentes a seus fabricantes ou importadores (razão social, CNPJ, endereço, etc.).

VIII - O prazo de **garantia não poderá ser inferior a 12 (doze) meses**. O período de garantia e o prazo de validade remanescente serão contados a partir da entrega do material, mediante emissão de Termo de Recebimento Definitivo emitido pela Seção de Segurança Institucional - SSI.

#### 11.4. DA HABILITAÇÃO

11.4.1 Habilitação jurídica;

11.4.2 Habilitação fiscal e trabalhista;

11.4.3 Habilitação técnica:

11.4.3.1. Indicação do Responsável Técnico - RT que será responsável pelo projeto ASBUILT.

11.4.3.1.1 Apresentar certidão de registro do CREA do responsável técnico - RT.

11.4.3.1.2 Comprovação de vínculo do RT com a licitante ou declaração de Contratação futura.

11.4.3.2 **Atestado de Capacidade técnica:** A licitante deverá apresentar, no mínimo 1 (um) atestado de capacidade técnico-operacional, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove sua aptidão **no fornecimento e instalação de CFTV de pelo menos 5 (cinco) câmeras IP – Tipo 1 - DOME**, e que deve conter, no mínimo, as seguintes informações:

a) Nome ou razão social, CNPJ e endereço completo do emitente;

b) Descrição do escopo dos serviços prestados para aferição da compatibilidade do objeto;

c) Nome ou razão social da empresa que prestou o serviço ao emitente;

d) Data de emissão do atestado ou da certidão;

e) Assinatura e identificação do signatário (nome, matrícula, telefone, cargo e função que exerce na empresa emitente).

11.4.3.2.1 Possibilidade de soma dos atestados: Os licitantes poderão somar os quantitativos de serviços descritos nos atestados de capacidade técnica-operacional **desde que os serviços tenham sido prestados em períodos concomitantes**;

11.4.3.2.2 A licitante poderá apresentar os atestados provenientes de pessoa jurídica de direito privado com reconhecimento de assinatura em cartório e comprovação de que o signatário é representante legal da emitente através de apresentação do contrato social e procuração, se for o caso, a fim de evitar possíveis diligências durante o certame.

11.4.3.3 **Declaração de Vistoria:** Deverá apresentar declaração de que vistoriou o local, tomando conhecimento da estrutura física e lógica do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, limitando-se a levantamento de pontos de rede, posicionamento de equipamentos e dimensionamento de cabeamento ou que a dispensou, sob sua responsabilidade, modelo a ser definido no edital.

11.4.3.3.1 A Vistoria Técnica será facultativa, sendo realizada pelos interessados para melhor subsidiar suas informações quando da elaboração das propostas, **mediante agendamento de visita junto à Seção de Segurança Institucional – SSI, fone: 69 3211-2247**;

11.4.3.3.2 As empresas participantes da licitação deverão apresentar a declaração, quanto ao conhecimento das condições do equipamento, não sendo aceito qualquer questionamento futuro referente a dificuldades técnicas na realização dos serviços.

## 12. – DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

12.1 O art. 21 da Resolução CNJ n. 400/2021 estatui que as aquisições e contratações realizadas pelos órgãos do Poder Judiciário devem observar os critérios de sustentabilidade quanto aos bens, serviços e obras, inclusive na execução de reformas, na locação, aquisição e manutenção predial de bens imóveis, citando, entre eles, alguns que constam da Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 01/2010 que, de igual forma, também dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal.

12.2 Nos termos do art. 5, da IN 01/2010 SLTI, serão exigidos os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

I – que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

II – que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares; III – que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e IV – que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous

Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

12.2.1 A comprovação do disposto na seção 12.2 será feita no recebimento dos bens, mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências de sustentabilidade.

### 13 CADASTRO TÉCNICO FEDERAL IBAMA:

13.1 Tratando-se de bens classificados como artefatos de ferro, aço e de metais não-ferrosos com ou sem tratamento de superfície, inclusive galvanoplastia ( itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8,) cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no **Código 3-10** e itens 12, 13 e 14 no **Código 5-3, ambos do Anexo I da Instrução Normativa IBAMA n. 06, de 15/03/2013** - que regulamenta o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei n. 6.938, de 1981 - deveria ser exigido dos fabricantes o registro nesse cadastro do IBAMA.

13.2 Ocorre que, após consulta, não se verificou fabricante que possuisse inscrição nesse banco de dados. Embora a Administração do TRE-RO esteja comprometida com o estabelecimento de critérios sustentáveis em suas contratações, forçoso reconhecer que a exigência dessa obrigação para esse material levará à inegável restrição de competitividade. A posição que vem adotando o TCU em sua jurisprudência sobre o assunto, tal como no TC 003.405/2010-09, *verbis*:

*13.3 Louvável a preocupação dos gestores em contratar com empresas que adotem em seus processos produtivos práticas responsáveis ambientalmente. [...] a adoção dessas restrições ambientais deve se dar paulatinamente, de forma que os agentes do mercado possam se adaptar a essas novas exigências antes delas vigorarem plenamente. Caso contrário, estar-se-ia criando uma reserva de mercado para as poucas empresas que cumprirem de antemão essas exigências, implicando violação ao princípio constitucional da livre concorrência, maiores custos e reduzidas ofertas de produtos.*

13.4 Assim, de forma justificada, não será exigida essa obrigação, situação que, não destoaria do entendimento do TCU.

### 14- DO CONTRATO

14.1. Homologado o resultado da licitação, a adjudicatária será formalmente convocada para assinar o instrumento de contrato, o qual corresponderá à Minuta de contrato adaptada à proposta vencedora, observadas as disposições da Lei nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

14.2. Este Termo de Referência, o edital e seus demais anexos e a proposta vencedora para todos os efeitos legais, independentemente de transcrição, serão parte integrante do Contrato.

14.3. Como condição para celebração do contrato, a adjudicatária deverá comprovar, no ato da emissão da nota de empenho e no da assinatura do contrato, a compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial quanto à regularidade perante o SICAF, à Fazenda Pública Federal, à Seguridade Social, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, à Justiça do Trabalho e ao Conselho Nacional de Justiça;

14.4. O prazo de vigência desta contratação é de 15 (quinze) meses, a contar da data da assinatura deste contrato.



14.5. O prazo de execução desta contratação é de 02 (dois) meses, contado da assinatura deste contrato.

14.6. Os prazos acima referidos podem vir a ser prorrogados, desde que devidamente justificada, por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato.

14.7. A contratada deverá apresentar, em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, garantia contratual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, na forma e nas modalidades estabelecidas no art. 56, §1º, da Lei nº 8.666/93.

14.8. Por se tratar de contrato de escopo, com previsão de prestação de serviços (execução) por período inferior a 12 (doze) meses, não há previsão de reajuste de preços, em nenhuma das modalidades, sendo que, em princípio os preços dos serviços serão fixos e irreajustáveis. Contudo, na ocorrência excepcional de prorrogação do contrato, os valores dos serviços prestados após o período de 1 (um) ano, contado da apresentação da proposta (igual à data da abertura do certame), poderão ser reajustados pela variação do Índice de Preços ao Consumidor amplo - IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (Item 9.2.1 do Acórdão TCU n. 73/2010-Plenário), sendo que o reajuste não incidirá sobre os serviços executados previamente à data-base da majoração (reajuste).

14.9. À relação contratual, além das disposições previstas neste EDITAL, aplicam-se o Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral e a Instrução Normativa TRE/RO n. 004/08 e supletivamente, a Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e as regras do Código Civil Brasileiro.

14.10. Com a assinatura do contrato a adjudicatária fica obrigada a realizar o objeto da presente licitação nas condições, preços e prazos estabelecidos no edital de Pregão, seus Anexos e na sua proposta.

## **15. DAS OBRIGAÇÕES:**

15.1 Da contratante:

15.1.1 Empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento na forma prevista neste Termo de Referência;

15.1.2 Prestar as informações e esclarecimentos solicitados pela contratada;

15.1.3 Proporcionar todas as condições necessárias para que a Contratada possa cumprir com o objeto deste Termo de Referência;

15.1.4 Notificar a Contratada sobre irregularidades ou falhas ocorridas na execução do serviço, solicitando prazo para correção;

15.1.5 Aplicar à Contratada as penalidades regulamentares e contratuais; e

15.1.6 Efetuar o pagamento mediante ordem bancária ou por OBPIX, por meio do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da nota fiscal/fatura, após o recebimento definitivo dos bens ou dos serviços atestados pelo fiscal e autorizado pelo gestor do contrato, aplicadas as retenções legais, inclusive quanto à legislação municipal do imposto sobre serviços.



15.1.6.1 Para o pagamento por meio de OBPIX serão aceitas chaves PIX nos formatos CPF/CNPJ, email, número de celular ou chave aleatória.

15.1.6.2 Poderá ainda o pagamento via OBPIX utilizar apenas o domicílio bancário (banco, agência e nº de conta), desde que haja chave PIX cadastrada para o domicílio bancário, exigindo-se, contudo, que a contratada informe tratar-se de conta corrente ou conta poupança.

15.1.6.3 O pagamento via OBPIX não será realizado caso apresentado apenas imagem de QR-Code.

15.1.6.4 Aos pagamentos serão aplicadas as retenções legais, na forma da legislação de regência;

15.1.6.5 Para realização dos pagamentos a contratada deve apresentar situação de regularidade perante à Fazenda Federal, ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), à Justiça do Trabalho e Certidão Negativa do CNJ de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade.

15.1.6.6 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) / 365$$

taxa anual = 6%.

$$I = (6/100) / 365$$

$$I = 0,00016438 \text{ TX} = \text{Percentual da}$$

## 15.2. Da Contratada:

15.2.1. Executar diretamente os serviços, nos termos propostos, conforme a legislação vigente e de acordo com o Contrato, assumindo inteira responsabilidade pelo fiel cumprimento das obrigações pactuadas, sob pena de responsabilidade pelo seu descumprimento, vedada a subcontratação.

15.2.2. Responder pelos danos causados diretamente ao Tribunal ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na prestação dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Tribunal, conforme art. 70 da Lei n. 8.666/93.

15.2.3. Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais, em função da execução do objeto deste Termo de Referência, assim como os referentes a acidentes de trabalho.

15.2.4. Prestar esclarecimentos, sempre que necessário, fornecendo toda e qualquer orientação que possa ser dada para acompanhamento e apreciação dos serviços.

15.2.5. Garantir a segurança, sigilo e confidencialidade dos dados e informações do Tribunal, bem como não divulgar e nem fornecer a terceiros quaisquer dados e informações que tenha recebido do Tribunal, a menos que autorizado.

15.2.6. Observar as Normas de Segurança e Medicina do Trabalho;

15.2.7. Efetuar a entrega dos equipamentos e sua instalação dentro do prazo estipulado e em conformidade com o exigido;

15.2.8. Manter-se regular, desde a contratação até a data do pagamento dos serviços realizados, a documentação comprobatória de sua adimplência com a Fazenda Pública/ Seguridade Social (certidão negativa de débitos), com o FGTS (certificado de regularidade de situação), com o CNJ (Certidão Negativa de Improbidade Administrativa) e perante a Justiça Trabalhista;

15.2.8. Apresentar fatura referente ao serviço realizado, para fins de pagamento pelo Tribunal, no prazo de até 05 (cinco) dias após o recebimento definitivo do objeto.

## 16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**16.1.** As sanções relacionadas ao procedimento da licitação e à formação do registro de preços constarão do edital do certame.

**16.2. SANÇÕES MORATÓRIAS:** O descumprimento injustificado das obrigações firmadas em contrato, garantido o direito ao contraditório e ampla defesa, sujeita a contratada a multa moratória, consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei n. 8.666/93, na forma seguinte:

### I - Atraso nos prazos de entrega e substituição dos materiais recusados:

a) multa de 2% (dois por cento) ao dia até o limite de 10 (dez) dias, aplicada sobre o montante dos bens não entregues ou não substituídos;

b) a partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso poderá ser caracterizada a inexecução parcial ou total da obrigação.

### II - Atraso nos prazos de prestação de assistência técnica durante a garantia dos materiais:

a) multa de 2% (dois por cento) ao dia até o limite de 10 (dez) dias úteis, aplicada sobre o valor total do contrato (nota de empenho);

b) a partir do 11º (décimo primeiro) dia útil de atraso poderá ser caracterizada a inexecução parcial ou total da obrigação.

### III - Descumprimentos das demais obrigações contratuais, após notificação regular expedida pelo fiscal ou gestor do contrato:

a) Primeiro descumprimento: multa de 1% (um por cento) apurada sobre o valor do contrato;

b) De 2 (dois) a 3 (três) descumprimentos: multa de 2% (dois por cento) apurada sobre o valor do contrato;

c) A ocorrência de mais de 3 (três) descumprimentos poderá caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.



**16.3. SANÇÕES PUNITIVAS:** Poderão ser aplicadas à contratada, nos termos do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, nas hipóteses de inexecução total ou parcial das obrigações estipuladas em edital e seus anexos, as seguintes sanções:

a) advertência;

b) **multa sobre o valor do contrato**, fixada de forma proporcional à extensão e gravidade da inexecução perpetrada, cumulada com as multas moratórias e, se cabível, com as demais sanções previstas neste TR, nos seguintes termos:

b1) de 10% (dez por cento) pelo descumprimento da obrigação de entrega dos materiais, após a devida notificação pela fiscalização;

b2) de 15% (quinze por cento) caso os bens entregues estejam em desacordo com a especificação, tanto no aspecto quantitativo como qualitativo;

b3) de 15% (quinze por cento) por ocorrência, no caso de não emissão de documento imprescindível ao pagamento;

b4) de 30% (trinta por cento) caso negue-se a fornecer a integralidade dos bens sem motivo consistente e justificado devidamente apurado pelo Tribunal, ou por descumprimentos sucessivos que resultem na inviabilidade de execução do contrato.

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

**16.4.** Nas condutas de inexecução parcial do contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações na forma definida neste termo de referência como também naquelas previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato, poderá a Administração, no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade, decretar a **rescisão do contrato**.

**16.5.** O CONTRATANTE poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas que impossibilitem a prestação dos serviços e que gerem custos em virtude de eventual contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (**Acórdão TCU nº 567/2015- Plenário**).

**16.6.** A multa eventualmente imposta ao CONTRATADO será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus. O valor da multa será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (**Arts. 29 e 30 da Lei nº 10.522/2002 e Acórdão TCU nº 1.603/2011-Plenário**).

**16.7.** Quando o valor do pagamento a que fizer jus o CONTRATADO não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União - GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (**Lei nº 6.830/80**).

**16.8.** As multas não eximem o CONTRATADO da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros. Os valores originados dessa conduta da contratada serão corrigidos pelos mesmos critérios de atualização das multas.

**16.9.** O procedimento para aplicação de sanções ao CONTRATADO observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>. A CONTRATADA será cientificada das eventuais alterações dessa norma.

## 17. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

### 17.1 O GESTOR E O FISCAL

17.1.1 A gestão e fiscalização será de competência do titular da Seção Segurança Institucional - SSI, ou por seu substituto legal em caso das ausências, cabendo-lhe, nessa condição, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008.

17.1.2. A comunicação entre a fiscalização e a contratada será realizada através de correspondência oficial e anotações ou registros no Relatório de Serviços.

## 18. ESCLARECIMENTOS E INFORMAÇÕES

18.1 Dúvidas referentes a esta contratação poderão ser sanadas pelos servidores da Seção Segurança Institucional - SSI, Avenida Presidente Dutra, n. 1889, bairro Baixa da União, Porto Velho/RO, ou através dos telefones (69) 3211-2247, ou ainda, pelo e-mail [ssi@tre-ro.jus.br](mailto:ssi@tre-ro.jus.br).

## 19. ANEXOS

19.1 Fazem parte deste Termo de Referência os seguintes anexos: Cotação de preço 1 (0909628); Cotação de preço 2 (0909632); Cotação de preço 3 (0909639); e Plantas baixas (0910328).



Documento assinado eletronicamente por **ANTÔNIO ROBERTO DOS SANTOS FERREIRA, Assessor(a) Chefe**, em 05/12/2022, às 09:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **IVANHOE FERREIRA BARROS, Chefe de Seção**, em 05/12/2022, às 10:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.





**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia**



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0950099** e o código CRC **E1FF64EF**.

0001654-91.2022.6.22.8000

0950099v9

Criado por 009725802364, versão 9 por 022749321821 em 05/12/2022 09:43:22.